

MEMÓRIA DA 17ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO CONJUNTA COM GT MANANCIASIS - GESTÃO 2023-2025		
DATA: 25/06/2024	HORÁRIO: 09h30	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Entidade	Nome	
SEMIL	Laura Stela Naliato Perez	
CETESB	Lilian Barrella Peres	
SINDIPEDRAS	Luiz Carvalho	
Associação Nossa Guarapiranga	Mario Fontes	
FIESP	Ricardo Alexandre Lieutaud	
Prefeitura de São Paulo	Rosélia Mikie Ikeda	
CONVIDADOS		
Entidade	Nome	
FABHAT	Ana Sedlacek	
Fundação Ezute/FABHAT	Asafe Má dai de Deus Virgolino	
FABHAT	Beatriz Vilera	
CFB	Carolina Lima	
CFB - GFI-AJ	Dayane Tarabay	
SAMA Juquitiba - GFI-G_SUD	Elisabete Martin	
CETESB - GFI-G_SUD	Gilson Guimarães	
Arcelor Mittal	Joyce Meireles Pagoto	
CFB	Kaio Armann	
UNIFESP	Letícia Trombeta	
Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	Marcel Ian	
GFI-ATC	Marcelo Raso Frizzera Borges	
CFB	Marcia Cristina Yamamoto	
Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	Raquel	
FABHAT	Raul Mendes	
DAEE - DHP	Regis Rossetto Ferraz de Barros	
GFI-B	Renato Nunes	
FABHAT	Valburg de Sousa S. Junior	

ASSUNTOS TRATADOS

1. Discussão sobre o Sistema Gerencial de Informações (SGI) previsto na Lei Estadual nº 9.866/97

Laura (SEMIL), Coordenadora da CTPA, abriu a reunião, agradeceu a participação de todos e apresentou a pauta: sobre a retomada das discussões do SGI - Sistema Gerencial de Informações. Na sequência, foi passada a palavra para Beatriz Vilera.

Beatriz (FABHAT) cumprimentou a todos e apresentou o objetivo da reunião: alinhamento sobre a revisão do pacote técnico para desenvolvimento do SGI. Para esta reunião, além da CTPA, foram convidados também o GT Mananciais, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB), a Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) e os Coordenadores dos Grupos de Fiscalização Integrada (GFI).

Ainda com a palavra, Beatriz complementou dizendo que o desenvolvimento do SGI é de responsabilidade do órgão técnico, que por lei é a FABHAT, porém, há um dispositivo nas leis das APRMs que estabelece que a agência não assumirá todas as funções até que o CBH-AT delibere que possua capacidade técnica adequada para assumi-las. Em seguida, foi dada a oportunidade para que todos os participantes se apresentassem e dissessem qual instituição estavam representando; as informações dessa apresentação encontram-se no quadro de lista de presença, no início deste documento. Na sequência, foi passada a palavra a Valburg Santos.

Valburg (FABHAT), iniciou a apresentação comentando sobre a importância do SGI para a gestão das APRMs, e que o comitê previu recursos financeiros para 2025 para contratação do SGI, através de projeto FEHIDRO. Em resumo, a apresentação desenvolveu os seguintes tópicos:

- Contextualização do SGI à Lei nº 9.866/97, que o define como parte do sistema de gestão e descreve os principais objetivos do sistema.
- Breve histórico sobre os trabalhos que já haviam sido desenvolvidos no âmbito do Programa Mananciais, sob tutela da antiga Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), por meio da Unidade de Gerenciamento de Programas (UGP), que encaminhou ao comitê, em 2016, o pacote técnico contendo os seguintes documentos:
 - Termo de Referência: com descrição detalhada do programa;
 - Relatório de Alternativas Tecnológicas disponíveis: contendo levantamento e análise das alternativas tecnológicas para desenvolvimento do SGI;
 - Critérios de Pontuação para a Licitação;
 - Cronograma Sugerido para Implantação do SGI;
 - Orçamento Estimado para Implantação do SGI; e
 - Modelo de Solicitação Padrão de Respostas.
- A impossibilidade de a FABHAT, à época, seguir com os trabalhos, pela falta de estrutura.
- Questionamento sobre o desenvolvimento do SGI para todos os 11 mananciais, ou apenas para os 8 presentes na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.
- Questionamento sobre a necessidade de contratação de uma consultoria para atualizar o Termo de Referência e os demais documentos encaminhados pela SSRH.
- Necessidade da formação de um Grupo de Trabalho para atualização do Termo de Referência e as competências necessárias dos componentes.

Ao término da apresentação, Beatriz complementou que a ideia inicial era encaminhar os trabalhos por módulos, cada um com um tema específico do SGI, um para cada reunião, e convidando especialistas para discutir cada assunto relacionado à sua área de especialização.

Laura comentou sobre a dificuldade de se conduzir o desenvolvimento do SGI e abriu o espaço para contribuições dos participantes.

Elisabete (SAMA Juquitiba), comentou que a atualização do Termo de Referência seria necessária, devido ao pacote ter sido concluído em 2016, e ter se passado muito tempo desde então. Além disso, concordou com a proposta de trabalhar por módulos e acrescentou que Juquitiba contém apenas 2% do território na APRM-G e questionou como isso se encaixaria dentro do SGI.

Laura, acrescentou que, por mais que exista muito conteúdo de Tecnologia da Informação (TI) no escopo do desenvolvimento, há grande necessidade de discutir o conteúdo de dados do sistema, levantando-se quais informações serão mais relevantes para a gestão das APRMs; segundo ela, mesmo com a contratação de uma consultoria, é importante que o CBH-AT faça essa avaliação inicial para definir o conteúdo necessário. Além disso, ressaltou a existência de alguns sistemas que poderão ser utilizados na construção do SGI. Para isso, reafirmou a necessidade da disponibilidade dos participantes da reunião para a formação do grupo e desenvolvimento dos trabalhos. Na sequência, foi dada a palavra a Marcia.

Marcia (CFB), concordou com a necessidade de formação do grupo para que a contratação do SGI atenda aos requisitos da lei e às demandas dos GFIs. Ressaltou a importância desse contato com os agentes de fiscalização e instituições relacionadas à gestão das APRMs, e sugeriu que fosse feito um convite formal para que as instituições indicassem representantes para participação do grupo, para só então definirem a necessidade ou não de contratação de uma consultoria para atualização do Termo de Referência.

Laura agradeceu a contribuição e comentou que o objetivo era já sair da reunião com o grupo formado. Em seguida, deu a palavra a Renato.

Renato (GFI-B) apresentou a maior necessidade no momento para o GFI-B, que são informações sobre os licenciamentos municipais. Segundo ele, no momento, apenas as informações dos licenciamentos da CETESB são de fácil acesso. Ressaltou ainda que, em sua opinião, a maior dificuldade da implantação do SGI é política e institucional, não técnica.

Laura complementou, afirmando que é importante levantar quais as necessidades e demandas de dados emergenciais para compor o SGI, que permitirão que os GFIs desenvolvam seu trabalho de uma forma mais eficaz. Foi dada então a palavra a Lilian.

Lilian (CETESB) contribuiu sugerindo que o SGI utilizasse o mapa de uso do solo que está sendo desenvolvido pelo IGC, assim como os outros produtos cartográficos que estão sendo construídos e atualizados. Ainda, compartilhou a experiência da CETESB no desenvolvimento de Sistemas de Informação, que é feito em duas etapas: (1) Projeto Lógico, com a arquitetura do sistema e o que constará nele e; (2) Execução, com o desenvolvimento do produto em si. Comentou que foi desenvolvido uma espécie de Projeto Lógico para o SGI, mas que ele era generalista, e exigia detalhamento para contratação. Logo, seria necessário que o TR fosse novamente analisado, especialmente na questão de negócios, para atender às demandas das diferentes frentes que o utilizariam para a gestão dos mananciais. Por fim, comentou ainda sobre a dificuldade de orçar esse tipo de serviço.

Complementando a fala de Lilian, Laura endossou o que foi dito e acrescentou que além de saber o que é desejável que esteja no sistema, é necessário saber como apresentar esses dados para que eles façam sentido para serem utilizados; como as informações serão combinadas e processadas. Em seguida, foi dada a palavra a Gilson.

Gilson (CETESB) lembrou a todos que existe uma série de sistemas de informações já existentes e sugeriu que fosse solicitado a todos os órgãos e prefeituras que informem quais sistemas já existem, qual tipo de tecnologia utilizam, o que ele faz e quais informações ele disponibiliza, para que já se obtenha um conhecimento das informações disponíveis e das possibilidades de integração.

Laura, questionou a todos, se seria mais eficiente fazer uma reunião para que todos informassem quais são os sistemas ou se utilizar um questionário, que seria enviado e

respondido, bastaria. No entanto, defendeu que, inicialmente, seria mais importante momentos de conversa. Em seguida, abriu espaço para outras pessoas darem suas contribuições. Foi então dada a palavra a Marcelo.

Marcelo (GFI-ATC), endossou a fala de Gilson e a importância de se conhecer os diferentes sistemas disponíveis nas prefeituras. Acrescentou ainda que, seria importante diminuir o retrabalho no advento do SGI implantado, de forma que a pessoa quando alimentasse o sistema de informações de sua instituição, a mesma fosse carregada automaticamente no SGI. Defendeu a ideia de contratar uma empresa para atualização, pois a carga de trabalho e atribuições já está grande, e o tempo disponível, pouco. Sobre a questão de quais mananciais seriam abrangidos, sugeriu que todos fossem, e mesmo que não fosse possível pela dificuldade de comunicação com outros comitês, que ao menos o sistema estivesse preparado para receber as informações das outras APRMs em período posterior. Concluiu, ressaltando a importância de ter informações sobre cobertura vegetal, que pudessem ser mensuradas e monitoradas no decorrer dos anos, e que informações sobre loteamentos embargados e as ações da polícia ambiental seriam importantes de se dar publicidade no SGI.

Laura respondeu, observando a necessidade de os municípios participarem desse processo, e afirmou que não há dificuldades de comunicação com os outros comitês. No entanto, a maior questão é o CBH-AT assumir toda a demanda sozinho. Em seguida, foi dada a palavra a Dayane.

Dayane (CFB), relembrou a fala de Renato, e confirmou que é uma demanda urgente informações sobre o licenciamento municipal. Além disso, informações do município sobre cadastro imobiliário, processos de fiscalização e atuação, são de essencial importância. Acrescentou por fim, que os municípios também necessitam de informações sobre as atuações do estado.

Laura acrescentou, dizendo que há a necessidade premente de compatibilização das informações do município e do estado.

Dayane complementou, dizendo que realmente é importante trazer os municípios para a conversa e conhecer as informações que cada um possui, porque existem processos que ainda são feitos em papel, e isso exigiria mais trabalho para a integração.

Laura seguiu dizendo que as necessidades dos GFIs são urgentes, mas o sistema será real apenas em 1 ou 2 anos; logo, questionou sobre de que forma a comunicação com as prefeituras poderia ser feita, para que os dados fossem agregados e passados posteriormente para o SGI. Em seguida, foi passada a palavra para Marcel.

Marcel (Prefeitura de Biritiba Mirim), contribuiu com a discussão dizendo que o município de Biritiba Mirim, por falta de recursos humanos, investiu em tecnologia, e já têm mapeados dados como locais de REURB, locais já fiscalizados e núcleos em monitoramento; também estão caminhando para ter o processo de obtenção de alvarás de forma online. Acrescentou, como experiência, a dificuldade que tiveram ao tentar unir uma base de dados antiga com uma nova, de diferentes empresas. Concluiu levantando o questionamento sobre que tipo de informações o SGI precisará ter, estáticas ou em tempo real; se estáticas, seria possível que o município alimentasse o sistema uma vez por mês. Esse questionamento, segundo ele, é importante para seguir com o desenvolvimento.

Laura agradeceu a contribuição, trouxe novamente a necessidade de unir as informações de municípios e estado, e passou a palavra a Gilson.

Gilson sugeriu que, nas próximas reuniões, fossem convidados os coordenadores da Operação Integrada de Defesa das Águas (OIDA) por meio da Secretaria de Mudanças Climáticas (SECLIMA), da Prefeitura de São Paulo, pois eles têm experiência em sistemas como o GeoSampa e atuam junto aos GFIs. Em seguida, foi dada a palavra a Letícia.

Letícia (UNIFESP), agradeceu a apresentação da FABHAT e defendeu a construção do grupo para discussão do projeto lógico e avaliação da necessidade de contratação de uma consultoria. Sugeriu que dentro do GT, fosse formado um plano de trabalho e se dispôs a ser incluída no grupo, para auxiliar na área de SIG. Concluiu, ressaltando a necessidade de se pensar, além da arquitetura, como esses dados serão apresentados e visualizados pelos usuários.

Laura agradeceu a contribuição, e concluiu que havia concordância de todos sobre a necessidade de formação do grupo de trabalho. Em seguida, Marcelo recebeu a palavra.

Marcelo acrescentou que uma das dificuldades dos GFIs é saber o proprietário da área degradada, e sugeriu que houvesse uma comunicação com a secretaria da agricultura, para que os dados do SICAR fossem disponibilizados no SGI.

Laura encaminhou a reunião para a formação do grupo que, segundo ela, poderia ser um grupo maior, que seria posteriormente subdividido. Foi dada a palavra a Beatriz.

Beatriz sugeriu que fosse enviado um ofício para todas as instituições, para formalizar o convite para a primeira reunião.

Valburg formalizou a participação de Amauri Polanchi, que não pôde participar da reunião, mas se dispôs a fazer parte do grupo.

Laura afirmou que seria interessante manter a formação tripartite, sociedade civil, estado e municípios, e concordou com o encaminhamento de um ofício para as entidades, para que essas indicassem representantes.

Marcel (Biritiba Mirim), Gilson (CETESB), Lilian (CETESB), Letícia (UNIFESP) e Márcia (CFB) manifestaram interesse em participar do GAT-SGI.

Beatriz afirmou que o objetivo é ter 1 representante de cada GFI, para não ser formado um grupo muito grande e pouco produtivo.

Laura seguiu lendo os comentários de Letícia, que afirmou que representantes do DATAGEO, GEOSAMPA e IGC seriam importantes para as discussões. Laura concordou com a sugestão, por serem sistemas que já possuem muitas das informações que serão absorvidas pelo SGI, e pela necessidade de o IGC acompanhar as necessidades compartilhadas para os mapeamentos em andamento. Afirmou, porém, que o mapeamento do IGC ainda não tem produto para ser trabalhado. Concluiu, dizendo que o GAT precisará ter subdivisões, pois haverá muitas informações para serem discutidas e que há necessidade de celeridade no desenvolvimento.

Beatriz se manifestou, concordando com as últimas colocações de Laura e Letícia.

Laura concluiu a reunião, agradecendo a participação e interesse de todos, solicitando que os participantes do grupo fossem copiados no envio dos ofícios e que eles cobrassem os responsáveis, para que a indicação fosse feita no prazo devido.

2. Encaminhamentos

1. FABHAT encaminhará ofício solicitando às entidades indicação de representantes para participação do GAT-SGI;
2. As entidades convidadas serão as seguintes: CPLA, CFB, GFI-ATC, GFI-B, GFI-G_SUD, GFI-AJ, OIDA, SMUL, CRHi, DAEE e IGC.
3. Será agendada a primeira reunião do GAT-SGI.

A reunião terminou às 10h58.